

# REFERÊNCIAS

RÚSSIA

MARIA RAQUEL FREIRE

**Steve LeVine, *Putin's Labyrinth: Spies, Murder, and the Dark Heart of the New Russia***

Nova York, Random House, 2008, 194 pp.

Steve LeVine, responsável pela secção de política externa da revista *Newsweek*, conhecia bem a União Soviética, acompanhou a transição pós-soviética e redescobre neste volume a nova Rússia sob a presidência de Vladimir Putin. Como o autor afirma, trata-se de uma «crónica sobre violência na Rússia moderna», onde são analisados detalhadamente alguns dos casos mais mediáticos de mortes brutais, como a de Anna Politkovskaia ou Alexander Litvinenko; exílios forçados, como o de Boris Berezovsky; e relatos de sobreviventes do assalto de 2002 ao teatro em Moscovo, onde a sorte dos reféns foi ditada por uma resposta violenta das autoridades.

Num tom forte, onde as palavras «assassínio», «espionagem» e «rpto» são constantes na descrição do «coração negro» da nova Rússia, a análise é fundamentada em documentos oficiais, conversas com familiares e amigos das vítimas, e entrevistas a pessoas ligadas ao poder central. LeVine sublinha a mudança fundamental na forma como os assassinios de Estado eram conduzidos nos tempos da União Soviética, de forma violenta mas encoberta, uma vez que a imagem de ordem era fundamental. Com Boris Ieltsin o padrão inverte-se, e as violações das «regras do jogo» sucedem-se com a prática de actos brutais a tornar-se frequente à luz do dia. O cidadão comum torna-se um alvo fácil no fogo cruzado de vinganças e lutas intersticiais pelo poder, entre os mais poderosos – os oligarcas – e a afirmação de um submundo paralelo dominado pela «máfia russa». De acordo com o autor, assim que Vladimir Putin assume a presidência, é estabelecido um contrato social entre as máfias e o Estado. Isto significa que estes grupos obscuros passam a fazer parte da nova ordem, trabalhando para empresas de segurança ao mais alto nível, incluindo ministérios e empresas estatais. De facto, já em finais de 2006, cerca de 78 por cento da elite política e económica na Rússia era constituída pelos *siloviki* (membros das agências de segurança e militares da Rússia). O objectivo claro subjacente a esta alteração prende-se com a necessidade de, novamente, se assumir uma imagem de ordem, interna e externamente, para que o reposicionamento da Rússia no sistema internacional possa ser consolidado. No entanto, os assassinatos, raptos e relatos vários que o livro descreve demonstram que os «assassinios de Estado» estão de regresso, e que uma política de medo se reinstalou na nova Rússia. A palavra

de ordem é, por isso, eliminação de qualquer ameaça ao regime. Uma escrita densa que revela os pormenores de teias infindáveis de contactos, redes, personagens, e dinâmicas do que constitui o complexo «labirinto de Putin».

**Edward Lucas, *The New Cold War: Putin's Russia and the Threat to the West***

Nova York, Palgrave Macmillan, 2008, 261 pp.

Edward Lucas, especialista sobre a Europa de Leste do *The Economist*, inicia a sua análise neste livro com os assassinatos brutais de Anna Politkovskaia e Alexander Litvinenko como sinais claros de uma Rússia a reverter-se no período pós-Boris Ieltsin aos velhos princípios soviéticos e, desse modo, a constituir uma séria ameaça para os seus próprios cidadãos e para o exterior. No entanto, de acordo com Lucas, o mundo tem-se mantido complacente e desatento face a estes desenvolvimentos. E reforça que, actualmente, a «luta contra o terrorismo» parece permitir o mesmo erro. As acções que se seguiram, como a intervenção no Iraque ou o tratamento dos prisioneiros em Guantánamo, tornaram-se a arma de propaganda mais potente contra os Estados Unidos e os seus aliados.

Ao longo da presidência de Vladimir Putin a retórica adensou-se e as relações com os Estados Unidos tornaram-se cáusticas. Este contexto é definido pelo autor como «a nova Guerra Fria», uma terminologia que o próprio entende como alvo de críticas face a algum exagero terminológico, uma vez que o contexto e as dinâmicas são diferentes. No entanto, Edward Lucas defende que os sinais são claros: vários países ocidentais têm-se insurgido contra a Rússia, especialmente os Estados Unidos, o Reino Unido e alguns antigos estados comunistas; os estados mais próximos do Kremlin são parte da galeria pária: Síria, Venezuela e Irão, mais uma mão cheia de repúblicas ex-soviéticas, como a Bielorrússia e o Tajiquistão. Também se tem aproximado da China, em particular no âmbito da Organização de Cooperação de Xangai, sendo que não é segredo o seu desejo de manutenção de direitos sobre o antigo império, e de contenção de quaisquer acções contrárias aos seus interesses. De facto, Putin afirmou que a maior catástrofe geopolítica do século XX foi o colapso da União Soviética.

Deste modo, o autor argumenta que «o Ocidente está a perder a nova Guerra Fria, quando ainda nem notou que ela já começou». Ao longo de nove capítulos, Lucas descreve a chegada de Vladimir Putin ao poder e a consolidação de políticas de controlo, incluindo violência, censura e repressão. Analisa ainda em detalhe a economia russa, desconstrói a ideia de que não existe uma «ideologia russa», e explica a arma mais significativa do Kremlin, a energia, seguida das questões militares e de segurança. Conclui com possíveis opções para que o Ocidente ganhe esta nova Guerra Fria, ressuscitando o princípio de segurança colectiva para lidar com as políticas de «dividir para reinar» que a Rússia tem prosseguido.

O autor apresenta uma análise interessante mas que acaba por reforçar o argumento contrário de que, de facto, as diferenças existentes nos modelos de desenvolvimento político, social e económico não fazem do contexto de tensão uma nova Guerra Fria, sendo antes reflexo das dificuldades de ajustamento a um contexto internacional diferenciado e a dinâmicas em mutação.

**Anne de Tinguy (org.), *Moscou et le Monde: l'Ambition de la Grandeur: Une Illusion?***

Paris, Éditions Autrement, 2008, 217 pp.

Dirigido por Anne de Tinguy, professora e investigadora na Sciences Po, Paris, o livro assume o regresso da Rússia ao cenário internacional como um dado adquirido que suscita várias interrogações e algumas inquietações a Ocidente.

A postura russa resulta da sua visão do mundo (em plena mutação e onde «o mito da unipolaridade de afundou definitivamente no Iraque»), e da conjugação de factores internos e externos, sendo um dos melhores exemplos a subida nos preços dos combustíveis fósseis a partir de 2000, ano em que Vladimir Putin assume a presidência do país. Partindo do princípio que poder económico se traduz em poder político, esta leitura do Kremlin torna as relações da Rússia com o Ocidente (leia-se Estados Unidos e União Europeia) menos permeável a críticas relativamente à sua concepção de democracia e direitos humanos. De facto, a Rússia entende que o modelo ocidental não é adequado, e advoga uma definição própria de democracia. A maturação da postura russa consagra-se, de acordo com Anne de Tinguy, com os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001, os alargamentos da NATO e da União Europeia, acontecimentos que, conjugados com o crescimento interno, permitem uma postura simultaneamente reactiva e assertiva russa, que acaba por ter como reflexo a popularidade interna de Putin. Os problemas da transição, no entanto, persistem: essencialmente a nível «identitário e estratégico». Acresce às relações a Ocidente a dimensão asiática, com impacto claro nas opções de política externa e que Vladimir Putin contorna ao definir a Rússia como uma «potência euro-asiática». Em finais do seu segundo mandato, a «Rússia já não é o homem doente da Europa»; mas no mundo euro-atlântico a Rússia não encontrou ainda o seu lugar. O paradigma da transição democrática parece não conseguir dar lugar a um novo modelo no relacionamento da Rússia com o Ocidente: «o Kremlin desorienta os seus parceiros sem propor um novo relacionamento que estes considerem construtivo». As perspectivas permanecem em aberto quanto ao futuro da Rússia, uma vez que persistem problemas estruturais essencialmente a nível económico (parca diversificação de investimentos) e demográfico.

Num volume que conta com a excelência analítica de Vladimir Baranovsky, num capítulo sobre o processo de formulação da política externa russa, são depois levantadas

questões fundamentais e analisados os desafios estruturais à manutenção da nova Rússia nas relações internacionais como potência estratégica de relevo, com base nos pressupostos mencionados, tornando este volume uma leitura a recomendar.

**Robert Levgold (ed.), *Russian Foreign policy in the 21<sup>st</sup> Century & the Shadow of the Past***

Nova York, Columbia University Press, 2007, 534 pp.

Professor na Columbia University, em Nova York, Robert Levgold procura neste volume, com o contributo de vários autores, analisar a política externa russa actual à luz de quatro séculos de história. Através da identificação de eixos estruturantes na história russa, as várias contribuições procuram fundamentar padrões de continuidade e mudança na busca de entendimentos para dinâmicas e processos actuais.

Primeiro, a política externa russa tem sido moldada pela procura constante de estabilização das fronteiras, de forma mais agreste a Ocidente e Sul e menos a Leste, deixando marcas nas políticas russas e criando um sentimento permanente de «insegurança». Segundo, ao longo da sua história a ligação entre questões económicas e de segurança nacional manteve sempre expressão na política externa, ora promovendo, ora complicando as relações com vizinhos e outras potências. Nada de novo nas análises de política externa russa nos dias de hoje. Terceiro, desde o século XV que o processo de engrandecimento territorial é prosseguido com base no princípio de unidade eslava, sendo cunhado não de «expansão», mas de «unificação». Ou seja, a missão imperial subjugada a um entendimento de comunidade eslava partilhado, mesmo que de forma dominante a nível político. No entanto, não significando a identificação de uma identidade numa num quadro multiétnico fragmentado – ou seja, as reminiscências de um império multinacional, uma pesada herança do passado, e a resistência a reformas e mudança, a contribuírem para as dificuldades em ultrapassar esta identidade nacional fragmentada. Quarto, a procura de alianças, essencialmente de conveniência, e a postura face à ordem internacional, com base em princípios de colaboração com instituições internacionais como forma de assegurar a não alteração do *status quo*, especialmente face a estados revisionistas (a Alemanha e a França surgem como exemplos).

Com base nestes pressupostos, o livro explora padrões históricos que permitem de algum modo perceber o que é novo e o que não é assim tão novo na política externa russa. O cruzamento de todos estes factores e o modo como eles funcionam, ora como adjuvantes, ora como óbices à formulação e implementação da política externa russa, são aqui analisados. Os diferentes contributos concorrem para o entendimento de que os traços do passado continuam muito presentes na Rússia de hoje. Esta terá por isso de provar que a «democracia soberana» não é um equivalente simplificado de «autoritarismo burocrático». Mas tal como o termo que a antecedeu, «democracia de gestão», a

expressão permanece contraditória: «soberana» significa não interferência e «democracia» é entendida como um modelo de desenvolvimento com características próprias e específicas à Rússia. As possibilidades de abertura da política externa e a direcção que esta vai tomar dependerão, por isto mesmo, do modo como as desvantagens e obstáculos que a Rússia enfrenta, especialmente em termos internos, venham a ser mitigados, ultrapassados ou isolados. O peso do passado nas políticas actuais da Rússia dependerá da forma como esta conseguir lidar com o mesmo, optimizando as escolhas e possibilidades que o presente e o futuro lhe oferecem.

AMÉRICA LATINA  
CARMEN FONSECA

**Sean W. Burges, *Brazilian Foreign Policy after the Cold War***

Florida, University Press of Florida, 2009, 229 pp.

Embora à primeira vista o título do livro nos sugira uma mera descrição da política externa brasileira desde o fim da Guerra Fria, esta obra é muito mais do que isso. É uma análise e interpretação cuidada da política externa levada a cabo na era Fernando Henrique Cardoso (de 1992 a 2002), que inclui os anos em que ocupou a pasta das Finanças e dos Negócios Estrangeiros. A estrutura do livro é reveladora do método que está na base do trabalho aqui apresentado, o que em certa medida se relaciona com o facto de o livro ser resultado da dissertação de doutoramento que Sean W. Burges (professor na Universidade de Otava e investigador do Council on Hemispheric Affairs) apresentou, em 2004, na Universidade de Warwick. Aliás, algumas partes dos capítulos que compõem a obra já tinham sido trazidas a público anteriormente através da sua publicação em revistas académicas.

O ponto de partida do seu argumento reside em saber qual a estratégia de política externa implementada pelo Brasil, entre 1992 e 2002, para preservar a autonomia nacional, num contexto marcado por pressões e novas exigências impostas pelo fim da Guerra Fria. Ao mesmo tempo que pretende saber como é que um país em desenvolvimento, com uma determinada ideia quanto à sua dependência da economia global, consegue desenvolver iniciativas económicas, como a formação de uma sub-região (a América do Sul) ou a implementação de um programa de integração de infra-estruturas físicas.

Para responder a estas questões, Sean Burges, além de caracterizar a política externa brasileira desde o início do século XX, desenvolve o conceito de «hegemonia consensual», isto é, a estratégia que orienta a política externa brasileira permite combinar acções que aparentemente são independentes do projecto de liderança regional. Este conceito, introduzido por Sean Burges e baseado nas ideias de Gramsci, permite enten-

der, em certa medida, como é que o Itamaraty consegue convencer os outros países sul-americanos a subscreverem a sua visão acerca da hegemonia continental sem que os custos económicos e securitários de liderança incorram para o Brasil. A integração regional é então apontada pelo autor como o instrumento utilizado pelo Brasil para avançar com o projecto de liderança (regional).

**Wilhelm Hofmeister, Francisco Rojas e Luis Guillermo Solís (org.), *La Percepción de Brasil en el Contexto Internacional: Perspectivas y Desafíos* (vol. 1)**

Rio de Janeiro, Konrad-Adenauer-Stiftung, 2007, 368 pp.

A percepção que os estados têm uns dos outros é muitas vezes diferente da forma como se percebem a si próprios, sendo que por vezes discursos e atitudes são também contraditórios. Como podemos interpretar o papel de um Estado no contexto internacional? Neste caso, qual a percepção que os países vizinhos têm do Brasil? Na obra organizada por Wilhelm Hofmeister (director do Centro de Estudos da Fundação Konrad-Adenauer no Brasil), Francisco Rojas (secretário-geral da FLASCO) e Luis Guillermo Solís (coordenador regional da FLASCO), é apresentada, no primeiro volume, a percepção que os países latino-americanos têm do Brasil, e, no segundo volume, a percepção tida pelos países africanos, asiáticos e europeus.

Além dos textos que reflectem as posições de países como a Argentina, o Uruguai, o Paraguai, a Colômbia, a Venezuela, o Peru, o Chile, a Bolívia, o Suriname e o Equador, são ainda apresentados outros textos que caracterizam as visões que os países vizinhos, no seu conjunto, têm do Brasil. Neste quadro, Alcides Costa Vaz (Universidade de Brasília) analisa de forma bastante cuidada as relações do Brasil com os seus vizinhos, concluindo que são maioritariamente iniciativas bilaterais pontuais, fragmentadas, pouco densas e centradas em questões políticas. O seu argumento é que a prioridade da política externa brasileira atribuída às relações regionais, a partir do final da década de 1990, representa um esforço do Brasil para aprofundar a interdependência com os países vizinhos, de forma a reverter o padrão tradicional. No final da década de 1980 o Brasil reconheceu a necessidade de valorizar a sua relação com a região, embora se apercebesse também que não tinha formulado, até então, qualquer política coesa para a região. Todavia, os próprios contextos de instabilidade interna que caracterizam a maior parte dos países da região dificultam a implementação de políticas de longo prazo – apesar da criação do Mercosul e da Comunidade Sul-Americana de Nações.

Conforme registam os organizadores da obra, a integração económica e de infra-estruturas, a criação de entidades de cooperação e diálogo político podem ser apontadas como as estratégias definidas para a manutenção das boas relações com os países fronteiriços do Brasil. Contudo, as agendas bilaterais poderão incluir assuntos que extravasem o comércio e a segurança. A ideia transversal aos vários artigos é a de que a coope-

ração sul-sul poderá consolidar-se simultaneamente com a consolidação do conjunto de países sul-americanos definindo interesses e acções comuns. O relacionamento do Brasil com os seus vizinhos, e com isso a percepção que os países latino-americanos têm do Brasil, sofreu uma evolução positiva, aprofundando-se a integração regional, especialmente do espaço sul-americano. Se a esta evolução adicionarmos a noção de «hegemonia consensual», introduzida por Sean Burges, percebemos parte da cooperação existente entre o Brasil e a sua área de vizinhança.

**Peter R. Kingstone e Timothy J. Power (eds.), *Democratic Brazil Revisited***

Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 2008, 342 pp.

*Democratic Brazil Revisited* poderá apresentar-se como o segundo volume de *Democratic Brazil, Actors, Processes and Institutions* editado pelos mesmos autores e publicado em 2000. O primeiro volume resultou maioritariamente da reunião de textos de investigadores que, na década de 1990, terminaram as suas teses de doutoramento – incluindo os editores, Peter R. Kingstone e Timothy J. Power – e onde avaliavam a evolução da democracia brasileira.

Apresentado dez anos depois, *Democratic Brazil Revisited* explora acima de tudo o primeiro ano de governo de Lula da Silva e, nalgumas situações, fá-lo comparativamente com os anos de Fernando Henrique Cardoso. Peter R. Kingstone (Universidade de Connecticut) e Timothy J. Power (Universidade de Oxford) não procuraram apenas caracterizar os sistemas político e partidário do Brasil, como haviam feito em 2000, e por isso este livro compila um conjunto abrangente de textos que permite compreender o Brasil contemporâneo nas suas mais variadas dimensões.

A primeira parte do livro analisa o papel do Partido dos Trabalhadores no quadro da estrutura partidária brasileira mas também enquanto forma organizacional da sociedade civil. A segunda parte centra-se no debate institucional do Brasil analisando as instituições, a classe política e a qualidade das eleições. Segue-se depois um conjunto de textos que estudam os desafios políticos com que uma sociedade marcada pela desigualdade tende a confrontar-se. É feita uma análise às reformas económicas implementadas, às políticas sociais de Cardoso e de Lula, à segurança pública e é ainda traçada uma evolução das políticas afro-brasileiras que têm sido implementadas.

Por fim, a última parte engloba dois textos que analisam a democracia a partir de baixo: por um lado, averiguam se os valores democráticos existem para lá da esfera política e como contrastam com a visão das elites; por outro, através de uma perspectiva antropológica, e também com o objectivo de recolher as opiniões de outras facções da sociedade, são apresentadas conclusões de uma investigação que teve como foco de estudo os habitantes das favelas do Rio de Janeiro.

Kingstone e Power recuperam o método utilizado anteriormente, e conseguem, mais uma

vez, fornecer um conjunto de análises que nos permite conhecer outras facetas de um país cada vez mais estudado.

**Larry Diamond, Marc F. Plattner e Diego Abente Brun (eds.), *Latin America Struggle for Democracy***

Baltimore, The John Hopkins University Press, 2008, 301 pp.

O tema da democratização da América Latina é atractivo e tem sido objecto de estudo de vários investigadores – exemplo disso é o conjunto de artigos reunidos por Larry Diamond, Marc F. Plattner e Diego Abente Brun na obra *Latin America Struggle for Democracy*. Este livro, o primeiro dedicado exclusivamente à América Latina desde que o *Journal of Democracy* começou a editar em livro os artigos ali escritos, apresenta-nos um conjunto de artigos publicados naquela revista entre 2004 e 2008.

Os artigos foram agrupados em três partes. A primeira engloba sete textos que caracterizam globalmente a região latino-americana, tendo em conta a instauração, as *nuances* e transformações da democracia. As duas partes seguintes dizem respeito a estudos de caso – na segunda parte reúnem-se artigos que se centram nos países da América do Sul; e, na última parte, os artigos que avaliam o México, a América Central e o Caribe.

O texto de Arturo Valenzuela, que inaugura a terceira parte do livro, traça uma evolução das presidências que foram interrompidas, entre 1985 e 2004, nos vários países da América Latina. Com o levantamento desta informação o autor regista a fragilidade da democracia, especialmente do sistema presidencial tão característico das democracias latino-americanas, mas que tem contribuído pouco (sendo o Brasil a excepção mais emblemática) para o sucesso democrático da região.

O último capítulo, embora contenha um artigo sobre a América Central e outro sobre o Caribe, concentra-se no caso do México, nomeadamente nas eleições de 2006. Depois da avaliação do contexto político interno e partidário que caracterizou aquelas eleições, segue-se um artigo de Jorge Castañeda e Marco A. Morales. Os autores propõem um conjunto de reformas ao sistema eleitoral e institucional mexicano com base no balanço das últimas eleições.

A grande mais-valia desta obra é a reunião, num único volume, de análises em torno do continente latino-americano em geral, e sobre cada um dos países, em particular, tendo a democracia como pano de fundo.

HISTÓRIA INTERNACIONAL

TIAGO MOREIRA DE SÁ

**Witney Schneidman, *Confronto em África, Washington e a Queda do Império***



## *Colonial Português*

Lisboa, Tribuna da História, 2005, 346 pp.

O livro *Confronto em África* analisa a política de três administrações norte-americanas – John F. Kennedy, Lyndon B. Johnson e Richard Nixon – no universo da questão colonial portuguesa.

O maior interesse da obra reside na grande quantidade de informação que o autor conseguiu obter através de uma extensa investigação nos arquivos norte-americanos e da realização de mais de três dezenas de entrevistas a protagonistas políticos do período histórico em questão. Já a sua grande limitação radica na sua natureza quase exclusivamente descritiva, abdicando Schneidman de extrair dos dados obtidos o quadro geral da estratégia de Washington para Portugal entre 1961 e 1975, bem como as suas motivações.

O início do livro promete, apresentando algumas ideias fundamentais que, porém, não são depois desenvolvidas no corpo do texto. Em primeiro lugar, o que podemos designar de contornos dominantes da actuação dos Estados Unidos no quadro do problema da África portuguesa, definidos pelo autor como «preocupação constante relativamente aos interesses portugueses e um pequeno apoio às aspirações africanas de autodeterminação» p. 35. Segundo, os constrangimentos impostos à estratégia africana de Washington pela sua «defesa das posições europeias em África»; ainda de acordo com Schneidman houve, entre os dois lados do Atlântico, «uma divisão táctica da mão-de-obra no terceiro mundo» p. 35. Finalmente, o dilema África ou Açores, ou seja, como escreveu o autor, «no caso de Portugal e das suas colónias africanas a política norte-americana acabou igualmente por revestir a forma de uma competição entre, por um lado, a manutenção do acesso aos Açores e, por outro, fazer pressão sobre Lisboa para descolonizar» (p. 29).

Segue-se o capítulo consagrado à Administração Kennedy e à mais grave crise nas relações luso-americanas desde a II Guerra Mundial em consequência de uma alteração de fundo na política dos Estados Unidos para o Terceiro Mundo, com reflexos na África portuguesa. Preocupado com o «espectro dos frágeis governos africanos a ruir sob o peso dos insurrectos comunistas», Kennedy definiu como prioridade «conquistar os corações e mentes dos povos do terceiro mundo», quer contribuindo para o desenvolvimento dos países recentemente independentes, quer apoiando a luta pela autodeterminação daqueles que ainda se encontravam sob o governo de potências europeias, como era o caso das colónias portuguesas.

A Administração de Lyndon Johnson, à qual é dedicada a parte seguinte da obra, também reconheceu a importância da questão africana, mas, como escreveu Schneidman, «a urgência para intervir desapareceu». A aposta interna no projecto da «Grande Sociedade», o crescente envolvimento no Vietname e a falta de actividade soviética e chinesa em África durante uma boa parte do mandato de Johnson levaram a que a polí-

tica americana para África fosse «remetida para uma nota de rodapé».

Já a Administração de Richard Nixon reviu a política dos Estados Unidos para a África Austral num sentido favorável a Portugal e aos regimes dominados pela minoria branca da África do Sul e Rodésia. Na base desta mudança esteve um estudo de um grupo inter-departamental criado pelo *National Security Memorandum 39* sobre os interesses dos Estados Unidos para a África Austral que concluiu pela seguinte premissa: «Os Brancos estão para ficar e a única via de mudança construtiva é através deles. Não há esperança de os negros ganharem os direitos políticos que desejam através da violência; e essa só levará ao caos e aumentará as oportunidades dos comunistas». Consequentemente, no essencial, a política de Nixon e Kissinger para a África Austral traduziu-se numa acomodação ao *status quo*, isto é, por uma atitude coincidente com as pretensões portuguesas.

A última parte do livro de Witney Schneidman é dedicada à descolonização de Angola e à vitória soviética no *Confronto em África*. Esta é pelo menos a conclusão do autor que revela a este respeito o conteúdo de uma conversa entre Henry Kissinger e Brejnev durante o encontro entre ambos em Moscovo, em finais de Janeiro de 1976, que pelo seu significado importa transcrever parcialmente: «O principal objectivo de Kissinger era saber se seria possível concluir mais um acordo SALT com a União Soviética em 1976. [...] Outro objectivo era convencer Moscovo a reduzir o seu envolvimento em Angola. [...] Porém, nas negociações em Moscovo, Brejnev não se deixou demover pelas pressões de Kissinger sobre Angola. O líder soviético recusou-se a abordar a questão quando Kissinger falou no assunto. Brejnev insistiu que os combates em Angola “eram uma guerra de libertação nacional” e, como tal, não eram relevantes para a détente» (pp. 285 e 286).

### **Piero Gleijeses, *Conflicting Missions: Havana, Washington and Africa 1959-1976***

Chapel Hill, University of North Carolina Press, 2002, 576 pp.

A par com Odd Arne Westad, Piero Gleijeses é um dos melhores especialistas na questão da Guerra Fria no Terceiro Mundo, constituindo o seu livro *Conflicting Missions: Havana, Washington and Africa 1959-1976* uma referência obrigatória nesta área de estudos.

Centrado fundamentalmente no papel desempenhado por Cuba em África, muito em particular no Congo Belga (Zaire) e em Angola, a obra tem como ponto forte a profunda investigação levada a cabo nos arquivos cubanos até então quase completamente inacessíveis, o que permitiu ao autor o acesso a documentos inéditos que possibilitam compreender o papel desempenhado pelos cubanos no apoio aos movimentos nacionalistas africanos, com especial relevo para aqueles que combatiam Portugal.

O trabalho de Gleijeses revela que o envolvimento de Cuba em África começou apenas dois anos após a ascensão ao poder de Fidel Castro, nomeadamente na Argélia, utilizando

então como modelo preferencial a exportação de médicos e professores. O início dos anos de 1960 marcou a primeira escalada da Guerra Fria no continente africano com o envolvimento de diversas potências estrangeiras na guerra civil que se seguiu à independência do Congo Belga, coincidindo com este acontecimento a extensão da acção cubana na África subsariana. Neste âmbito, é particularmente interessante a descrição pormenorizada da missão de Che Guevara no Zaire, confirmando o livro o empenho cubano no auxílio às forças pró-comunistas do território.

Em seguida, Fidel Castro deslocou a sua atenção para o território português da Guiné-Bissau, tendo começado a apoiar o PAIGC em finais de 1960, inclusive com material militar. De sublinhar que, segundo o autor, Cuba estava a «levar a cabo a sua própria política na Guiné», isto é, não actuava como «potência de procuração» da URSS (p. 212). Porém, segundo documentos recentemente revelados os «bons ofícios» cubanos parecem ter desempenhado um papel-chave na decisão soviética de conceder mísseis terra-ar ao PAIGC que, desempenharam um papel primordial na alteração estratégica da guerra.

Mas a parte mais importante do livro é consagrada à intervenção cubana na guerra civil de Angola, à qual de resto Gleisejes dedica os últimos sete capítulos. E aqui as confirmações e as revelações são abundantes, o que se explica pela elevada quantidade de documentos inéditos a que o autor teve acesso, bem como pelo número impressionante de entrevistas realizadas a protagonistas cubanos, angolanos e portugueses. A narrativa da «aventura africana de Cuba», que se lê com avidez, conta a história do período que vai desde o início do envolvimento de Havana em Angola até à vitória final cubano-soviética, passando pela «Operação Carlota». Ficamos a saber que as autoridades portuguesas no território, com Rosa Coutinho à cabeça, tiveram conhecimento desde o início da acção cubana; também que a URSS não apoiou inicialmente a decisão de Fidel Castro de avançar militarmente para o território angolano, só o fazendo a partir da terceira semana de Outubro de 1975; e ainda que a mudança soviética foi determinada pela intervenção da África do Sul em Angola, o que teve igualmente como consequência o fim da oposição de vários países africanos a um envolvimento directo de Moscovo em Luanda.

*Conflicting Missions* é assim um excelente livro. Porém, dificilmente pode ser considerado totalmente neutro, o que é parcialmente explicável pela preponderância das fontes de arquivos cubanas (ainda que o autor tenha consultado também os documentos norte-americanos).